



CARTA SEMANAL

O Canário da Mina 13

21 DE JULHO DE 2023

Durante os séculos XIX e XX, uma das atividades econômicas mais importantes do Reino Unido foi a extração de carvão de mina. Nesse contexto, uma das principais causas de acidentes com mortes dos mineiros era decorrente do vazamento de monóxido de carbono, um gás inodoro (difícil de detectar sem equipamentos) que, em grandes quantidades, pode provocar explosões ou morte por intoxicação. Como o monóxido de carbono é um resultado natural da extração do carvão, problemas de ventilação nas minas poderiam gerar acidentes mortais.

Em uma era pré-detectores de gases, o jeito de os mineiros se protegerem era levar um canário dentro de uma gaiola para a mina. Por ser muito mais sensível ao monóxido de carbono do que os humanos, a agitação do pássaro servia de alerta para que os trabalhadores deixassem a mina antes que um acidente ocorresse.

Esse será o objetivo de **“O Canário da Mina”**, artigo semanal que a G5 Partners passará a divulgar toda sexta-feira: fugir do “lugar comum” e não se limitar a ser apenas um compêndio do que aconteceu ao longo dos dias anteriores ou do que acontecerá nos próximos; o intuito é ser um instrumento relevante e gerador de reflexões para o final de semana.

Boa leitura.





Foto: Foto: Ricardo Stuckert/PR

Muitas vezes o economista tem que ser um generalista. Durante a pandemia nos tornamos, primeiramente, infectologistas; depois, especialistas em vacinas. Com a guerra da Ucrânia passamos a versar sobre estratégias militares. Por fim, as eleições nos fizeram estatísticos para calibrar as pesquisas eleitorais. Portanto, não deve parecer estranho que, desta vez, “ataquemos” de cientistas políticos e usemos o “O Canário da Mina” (OCM) desta semana para tentar prever os próximos passos do governo Lula à luz do embarque do Centrão no ministério e tendo como pano de fundo as pesquisas de opinião. Entretanto, não nos esquecendo de nosso “chapéu” principal, faremos isso com base em uma visão econômica e tendo como objetivo final entender o impacto que nossas conclusões terão sobre o desempenho econômico brasileiro nos próximos meses.

Como ponto de partida, vamos pegar a entrada, de verdade, do Centrão no governo. Por quê? Porque esse evento tira qualquer chance de uma guinada do governo Lula à esquerda, como muitos temiam. Entretanto, da mesma forma, diminui muito a chance de termos um avanço significativo nas pautas importantes para o crescimento potencial brasileiro. Pensando na figura do “chapéu” supracitado, o Centrão tem um que se chama “governabilidade” e outro que se chama “fisiologismo”. Como ambos se equilibram na mesma “cabeça”, as decisões acabam convergindo para o “eleitor mediano”, que não quer que o Brasil vire uma “Venezuela” ou uma “Argentina”, mas também é avesso a mudanças radicais.

A despeito das idas e vindas do noticiário, o fato é que o Centrão já embarcou no governo de “mala e cuia”. A questão agora já deixou de ser “se” ele vai estar, *strictu sensu*, no ministério de Lula, mas quantos e quais ministros terá. O primeiro a “pegar o bonde” foi Celso Sabino (União Brasil/PA) que substituiu Daniela Carneiro

(União Brasil/RJ) no Ministério do Turismo. Pode parecer estranho caracterizar a entrada de Sabino como um marco para o embarque do Centrão, dado que ele é do mesmo partido de Daniela, mas, em política, nem todos os gatos são pardos. Enquanto Sabino é próximo de Arthur Lira (PP/AL) e tem o aval do União Brasil, Daniela era considerada da “cota pessoal” de Lula e estava no ministério como forma de gratidão a seu marido, Waguinho (Republicanos/RJ), prefeito de Belford Roxo. Inclusive Daniela já está de saída do União Brasil em direção ao Republicanos de seu marido. Mas esse ministério deve ser apenas o começo do movimento. A expectativa é que Silvio Costa Filho (Republicanos/PE) e André Fufuca (PP/MA) também tomem assento na Esplanada, só restando saber em que pastas. Já Gilberto Occhi (PP/MG) está cotado para a presidência da Caixa Econômica Federal.

Soa depreciativo dizer que Lula abriu as portas de seu governo para o Centrão, mas o que ele fez foi simplesmente se “render” ao óbvio: com a estrutura partidária brasileira, não há governo sem o Centrão. Todos os presidentes, desde Fernando Henrique Cardoso (FHC), tiveram que, em escala maior ou menor, fazer acordos com esse grupo em prol da governabilidade. Aqueles que tentaram uma forma alternativa de governo, como Jair Bolsonaro e Dilma Rousseff, precisaram se render ao óbvio — o primeiro a tempo de salvar seu mandato, “benefício” que a última não teve.

Em termos práticos, o embarque do Centrão no governo significa que algumas pautas caras ao PT até podem ser aprovadas, como a ambiental ou algumas medidas para “colocar o rico no imposto de renda”, mas dificilmente teremos retrocessos, como a revisão da reforma trabalhista e da previdência, a anulação da privatização da Eletrobras ou a revogação da independência do Banco Central, ideias que chegaram a ser aventadas no início do mandato de Lula. A derrubada do decreto presidencial que descaracterizava o marco do saneamento básico aprovado pelo Congresso em 2020 pode ser considerado um exemplo prático disso. Mas, em uma amostra do ganho de governabilidade que esse acordo pode gerar, o simples “namoro” entre as duas partes já fez andar a pauta econômica que mudou o humor do mercado com relação ao governo em geral e a seu ministro da Fazenda em particular. Uma pesquisa da Genial/Quaest com o mercado financeiro mostrou que a avaliação positiva do governo na “Faria Lima” passou de 0% (!) em março para 20% em julho. Já a de Fernando Haddad foi de 10% para 65%. Aqui temos a clássica situação de “uma mão lava a outra”, com o Centrão garantindo a viabilidade política do governo, enquanto a melhora da popularidade de Lula e Haddad dá ao grupo político o que ele mais espera: a viabilidade do poder.

Uma das máximas de Brasília é que *“o Centrão carrega até o caixão, mas não entra junto no túmulo”*, o que significa que é a viabilidade do governo e, conseqüentemente, do poder, que atrai o bloco. Portanto, a sustentação de uma taxa de aprovação alta é condição necessária, embora não suficiente, para que esse namoro atual vire um casamento duradouro.

Pelo lado de Lula, a questão da aprovação também terá um papel central em suas decisões, o qual vai além da simples manutenção do Centrão em seu governo; tem a ver com a própria sobrevivência de seu governo. Lula sabe que foi eleito com a menor margem da história (1,8 p.p.), e qualquer deslize pode levantar as ruas contra ele. Os eventos de 8 de janeiro apenas amplificaram esse medo. Talvez por isso, Lula, assim como Jair Bolsonaro, iniciou seu mandato tentando falar para os “convertidos”, minimizando o espectro mais conservador do Congresso. Outro ponto importante a ser levado em consideração neste início trôpego do governo foi que o relacionamento com o Congresso mudou muito desde os dois primeiros mandatos de Lula, o que, aparentemente, não foi entendido pelo presidente e por seu entorno. Durante o governo Bolsonaro, a fraqueza do presidente fortaleceu o Legislativo, resultando no Orçamento Secreto. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de revogá-lo tornou o processo mais “republicano”, mas não tirou o poder do Congresso sobre os recursos. Portanto, enquanto há 20 anos o Executivo usava as emendas como moeda de troca em votações importantes, agora tem que se contentar apenas com o poder de determinar o momento de sua liberação. Até entender essa mudança de cenário, Lula amargou derrotas importantes, como a derrubada de seu decreto sobre o marco do saneamento, além de quase ver sua estrutura ministerial “ir por água abaixo”.

Portanto, chegamos ao ponto central deste OCM: a importância das pesquisas de opinião sobre as decisões do governo. Elas é que vão determinar tanto o compromisso do Centrão com Lula quanto a possibilidade de este propor pautas mais polêmicas. Até agora, se a popularidade inicial abaixo de outros presidentes brasileiros em primeiro mandato atrapalhou seus planos mais ideológicos, a trajetória recente mais favorável foi suficiente para atrair o Centrão. E daqui para frente?

Fazendo a ressalva de que, ao reconhecemos nossa limitação no mundo da Ciência Política, não temos a pretensão de projetar as pesquisas de opinião, um indicador econômico que gostamos para avaliar a tendência futura da popularidade dos presidentes é o chamado Índice da Miséria (IM), que nada mais é do que a soma da taxa de desemprego com a inflação acumulada em 12 meses. No ano passado, o IM capturou bem a recuperação da popularidade de Bolsonaro e, conseqüentemente, seu crescimento nas pesquisas. Portanto, usando nossas projeções dessas variáveis para os próximos meses, podemos esperar certa estabilidade na popularidade do governo Lula, com sua taxa de aprovação (ótimo/bom) ficando no intervalo entre 35% e 40% – o que não seria um desempenho ruim, uma vez que os presidentes tendem a apresentar perda de popularidade após os 100 primeiros dias de mandato. Entretanto, podemos atribuir um viés positivo para essa tendência, visto que podemos ter um segundo semestre de boas notícias para o governo, com a queda dos juros, o andamento da pauta econômica no Congresso e a implementação do Desenrola e a conseqüente redução da inadimplência do consumidor.

Por tudo que foi visto neste OCM, podemos concluir que Lula vai governar cada vez mais de olho nas pesquisas de popularidade. Variações muito acentuadas, tanto para cima quanto para baixo, poderão levá-lo a radicalizar

sua pauta — no primeiro caso, por se sentir forte o suficiente para confrontar o conservadorismo do Congresso; no segundo, como forma de manter animada sua base mais fiel, certamente mais à esquerda do que o eleitor médio. Portanto, se estivermos certos, e as pesquisas mostrarem certa estabilidade da aprovação do governo, devemos ver uma repetição do que aconteceu recentemente no Congresso: projetos de interesse comum, como a Reforma Tributária, deverão ser aprovados; já pautas mais radicais não deverão florescer. Entretanto, com o aumento da simbiose entre o governo e o Centrão, algumas medidas arrecadatórias pontuais, como a tributação de fundos offshore e dos fundos exclusivos, terão maior potencial de aprovação. Economicamente falando, não teremos retrocesso, mas os avanços serão sempre na métrica “dois para frente e um para trás”.

Frase da Semana

“No Brasil, o atalho de hoje quase sempre se torna o entrave de amanhã.”

Daniel Piza

G5 Partners	2022	2023	2024
IPCA (%)	5,79	5,00	3,40
SELIC F.P (%)	13,75	12,50	9,75
Câmbio	5,28	5,00	5,20
PIB	2,90	2,30	1,80